



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300165256

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EPR VIA MINEIRA S.A.  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGN2466047546

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

BELO HORIZONTE  
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

16 SETEMBRO 2024  
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024.

Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia

foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/572.559-8	MGN2466047546	16/09/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
EPR VIA MINEIRA S.A.**

CNPJ/MF: 55.231.969/0001-65

NIRE 31300165256

- I. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 05 de setembro de 2024, às 15:00 horas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180
- II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo.
- III. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Sr. Enio Stein Júnior.
- IV. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre **(i)** a aceitação da renúncia de Diretor sem designação específica da Companhia; **(ii)** a alteração do cargo de um Diretor; **(iii)** a eleição do Diretor Presidente da Companhia; **(iv)** a eleição de um Diretor sem designação específica da Companhia; **(v)** consignação da composição atual da diretoria da Companhia; **(vi)** a modificação das regras de funcionamento e composição dos órgãos da administração da Companhia; e **(v)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.
- V. DELIBERAÇÕES:** após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte:
- (i)** aceitar a renúncia do Sr. **JOSÉ CARLOS CASSANIGA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 10.838.525-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.703.368-84, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia;
- (ii)** alterar o cargo do Sr. **ENIO STEIN JÚNIOR**, brasileiro, casado em separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.376.519-6, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 028.142.927-81, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, de Diretor sem designação específica para Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O diretor ora eleito será investido em seu novo cargo mediante assinatura de termo de posse que será lavrado em livro próprio, com mandato até 05 de setembro de 2027, sendo permitida a reeleição;
- (iii)** eleger o Sr. **LUCIANO LOUZANE**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24542708 SSP/SP

1/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 3/30

e inscrito no CPF/MF sob o nº 149.470.098-02, com endereço comercial na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O diretor ora eleito será investido em seu novo cargo mediante assinatura de termo de posse que será lavrado em livro próprio, com mandato até 05 de setembro de 2027, sendo permitida a reeleição.

**(iv)** eleger o Sr. **ERIC CAMARGO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 325727296 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.538.488-04, com endereço comercial na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até 05 de setembro de 2027, sendo permitida a reeleição.

**(v)** em razão das deliberações acima, consignar a composição atual da diretoria da Companhia, cujo mandato encerrar-se-á em 05 de setembro de 2027:

- a. Diretor Presidente: Sr. **LUCIANO LOUZANE**, acima qualificado; e
- b. Diretor de Relações com Investidores: Sr. **ENIO STEIN JÚNIOR**, acima qualificado; e
- c. Diretor sem designação específica: Sr. **ERIC CAMARGO DE ALMEIDA**, acima qualificado.

**(vi)** modificar regras de funcionamento e composição dos órgãos da administração da Companhia, com a conseqüente alteração dos Capítulos III e IV que passam a vigor conforme a redação constante do Anexo I a esta ata.

**(vii)** de forma a refletir as deliberações acima assim como outros ajustes à redação do estatuto social, aprovar a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação constante do Anexo I a esta ata.

**VI. ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.

**VII. ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. Acionista: EPR INFRAESTRUTURA MG S/A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior).

*A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio.*



Belo Horizonte/MG, 05 de setembro de 2024.

**MESA:**

DocuSign by  
Zurich Insurance  
MENSAGEM DO DOCUMENTO ASSINADO  
CPF: 0707322064  
Data Mensagem: 05/09/2024 13:28:52 (GMT)  
ID: 802-0000 - Cui-Carvalho-Digit  
01/2024  
Para mais detalhes, visite o link  
https://www.docusign.com/br/...  
ID: 802-0000

**José Carlos Cassaniga**  
Presidente

DocuSign by  
Zurich Insurance  
MENSAGEM DO DOCUMENTO ASSINADO  
CPF: 0707322064  
Data Mensagem: 05/09/2024 13:28:52 (GMT)  
ID: 802-0000 - Cui-Carvalho-Digit  
01/2024  
Para mais detalhes, visite o link  
https://www.docusign.com/br/...  
ID: 802-0000

**Enio Stein Júnior**  
Secretário

**ACIONISTA:**

DocuSign by  
Zurich Insurance  
MENSAGEM DO DOCUMENTO ASSINADO  
CPF: 0707322064  
Data Mensagem: 05/09/2024 13:28:52 (GMT)  
ID: 802-0000 - Cui-Carvalho-Digit  
01/2024  
Para mais detalhes, visite o link  
https://www.docusign.com/br/...  
ID: 802-0000

DocuSign by  
Zurich Insurance  
MENSAGEM DO DOCUMENTO ASSINADO  
CPF: 0707322064  
Data Mensagem: 05/09/2024 13:28:52 (GMT)  
ID: 802-0000 - Cui-Carvalho-Digit  
01/2024  
Para mais detalhes, visite o link  
https://www.docusign.com/br/...  
ID: 802-0000

**EPR INFRAESTRUTURA MG S/A**

Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior



**ANEXO I**  
**ESTATUTO SOCIAL DA EPR VIA MINEIRA S.A.**  
**CAPÍTULO I**

**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A **EPR VIA MINEIRA S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas suas alterações e demais disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180 podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/MG, com início em Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão ("Contrato de Concessão").

**Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 340.000.100,00 (trezentos e quarenta milhões e cem reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 340.000.100 (trezentos e quarenta milhões e cem) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral").

**Parágrafo 2º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes.

**Parágrafo 3º** - Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares.

**Parágrafo 4º** - Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas.

4/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 6/30

**Parágrafo 5º** - A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 6º** - A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.

**Parágrafo 7º** - É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

**Artigo 6º** - Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia.

**Artigo 7º** - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido.

### CAPÍTULO III

#### ASSEMBLEIAS GERAIS

**Artigo 8º** - Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Artigo 9º** - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

**Parágrafo 1º** - Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semi-presencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável.

5/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/30

**Parágrafo 2º** - Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria.

**Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A.

**Parágrafo 4º** - Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 5º** - O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo 6º** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

**Artigo 10** – Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122,132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas:

- i. alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas;
- ii. aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia;
- iii. deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos;
- iv. transformação do tipo societário;
- v. fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;
- vi. registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- vii. dissolução e liquidação da Companhia;



- viii.** nomeação e destituição de liquidante da Companhia;
- ix.** apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia;
- x.** participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.;
- xi.** aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios;
- xii.** fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas;
- xiii.** aprovar planos de remuneração referenciados em ações;
- xiv.** outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações;
- xv.** deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;
- xvi.** contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas;
- xvii.** outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado;
- xviii.** aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo;
- xix.** criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia;



- xx.** celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas;
- xxi.** participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios;
- xxii.** alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia);
- xxiii.** celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas;
- xxiv.** abandonar ou rescindir contratos de concessão;
- xxv.** outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e
- xxvi.** propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais.

**Artigo 11** - Observado o disposto no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral.

**Artigo 12** - O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas.

## **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13** - A Companhia será administrada por uma Diretoria.

**Parágrafo 1º** - Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subseqüentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim.

**Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo 3º** - Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A, e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse.

**Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável.



**Parágrafo 4º** - Os administradores ficam dispensados de prestar caução.

**Artigo 14** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral em sua eleição, sendo admitida a cumulação de cargos.

**Parágrafo 1º** - Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo 2º** - Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores.

**Parágrafo 3º** - Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria.

**Parágrafo 4º** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Banco Central do Brasil, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, quando houver, entidades administradoras de mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, aos mercados de balcão e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

**Parágrafo 5º** - Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição.

**Parágrafo 6º** - Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto.

**Artigo 15** – A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício.

**Parágrafo 2º** - Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semi-presencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável.



**Parágrafo 3º** - As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião.

**Parágrafo 4º** - Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores.

**Parágrafo 5º** - As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio.

**Artigo 15** - A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente:

- i. cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social;
- ii. administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- iii. administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;
- iv. administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;
- v. implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia;
- vi. observar o orçamento anual aprovado;
- vii. deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;
- viii. representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais;
- ix. apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e
- x. cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia.



**Artigo 16** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão; serão obrigatoriamente realizados:

- i. por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto;
- ii. por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula;
- iii. por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou
- iv. por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas.

**Parágrafo Único** - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos que poderão ser por prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO V**

### **CONSELHO FISCAL**

**Artigo 17** – A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

**Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

**Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável.

**Parágrafo 3º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

11/11



**Artigo 18** - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

## CAPÍTULO VI

### EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Artigo 19** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

**Parágrafo Único** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

**Artigo 20** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- i. 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- ii. 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

**Artigo 21** - A Companhia poderá:

- i. levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- ii. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e
- iii. creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

12/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 14/30

## CAPÍTULO VII

### LIQUIDAÇÃO

**Artigo 22** - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

## CAPÍTULO VIII

### ACORDO DE ACIONISTAS

**Artigo 23** – A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 1º** - O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

**Parágrafo 2º** - A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas.

## CAPÍTULO IX

### ARBITRAGEM

**Artigo 24** - Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade.

**(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa.

**(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-

13/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 15/30

lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

**(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que **(i)** estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou **(ii)** as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso.

**(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

**(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso **(i)** das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, **(ii)** dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, **(iii)** dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, **(iv)** dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e **(v)** de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar **(i)** honorários advocatícios de sucumbência, e **(ii)** qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

14/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 16/30

**CAPÍTULO X**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 25** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.

\* \* \*

Belo Horizonte/MG, 05 de setembro de 2024.

**MESA:**



DocSigned by  
José Carlos Cassaniga  
CPF: 027.137.328-04  
Data: 05/09/2024 13:28:07 PM  
EPR - Infraestrutura MG S/A  
CNPJ: 20.924.819/0001-00

**José Carlos Cassaniga**  
Presidente



DocSigned by  
Enio Stein Júnior  
CPF: 027.137.328-04  
Data: 05/09/2024 13:28:07 PM  
EPR - Infraestrutura MG S/A  
CNPJ: 20.924.819/0001-00

**Enio Stein Júnior**  
Secretário

**ACIONISTA:**



DocSigned by  
EPR - Infraestrutura MG S/A  
CPF: 027.137.328-04  
Data: 05/09/2024 13:28:07 PM  
EPR - Infraestrutura MG S/A  
CNPJ: 20.924.819/0001-00

**EPR INFRAESTRUTURA MG S/A**

Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior

15/11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 17/30

## TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **JOSÉ CARLOS CASSANIGA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 10.838.525-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.703.368-84, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, eleito para o cargo de Diretor sem designação específica da **EPR VIA MINEIRA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.231.969/0001-65 ("Companhia"), renuncio expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao meu cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Outorgo, a essa Companhia e suas acionistas, a mais plena, ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, seja a que título for, em juízo ou fora dele, hoje ou no futuro.

Ainda, declaro à Companhia nada ter a receber, sob qualquer título ou pretexto, incluindo qualquer tipo de remuneração, seja a que título for, inclusive em relação a salários, remuneração, pro labore, bônus, cooperação, lucros, dividendos e/ou outros relacionados ao exercício de suas funções até a presente data, não subsistindo qualquer responsabilidade da Companhia ou de qualquer um de seus acionistas, nada mais tendo a reclamar ou pleitear, seja a que título for, em juízo ou fora dele, no que se refere ao cargo ao qual ora renuncio, por todo o período em que o ocupei..

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

  
**JOSÉ CARLOS CASSANIGA**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 18/30

## TERMO DE RENÚNCIA

Neste ato e na melhor forma de direito, eu, **ENIO STEIN JÚNIOR**, brasileiro, casado em separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.376.519-6, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 028.142.927-81, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, eleito para o cargo de Diretor sem designação específica da **EPR VIA MINEIRA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.231.969/0001-65 ("Companhia"), renuncio expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao meu cargo de Diretor sem designação específica da Companhia.

Outorgo, a essa Companhia e suas acionistas, a mais plena, ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, seja a que título for, em juízo ou fora dele, hoje ou no futuro.

Ainda, declaro à Companhia nada ter a receber, sob qualquer título ou pretexto, incluindo qualquer tipo de remuneração, seja a que título for, inclusive em relação a salários, remuneração, pro labore, bônus, cooperação, lucros, dividendos e/ou outros relacionados ao exercício de suas funções até a presente data, não subsistindo qualquer responsabilidade da Companhia ou de qualquer um de seus acionistas, nada mais tendo a reclamar ou pleitear, seja a que título for, em juízo ou fora dele, no que se refere ao cargo ao qual ora renuncio, por todo o período em que o ocupei..

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

Document by  
ENIO STEIN JUNIOR  
CPF: 028.142.927-81  
EPR VIA MINEIRA S.A.  
CNPJ: 55.231.969/0001-65

**ENIO STEIN JÚNIOR**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 19/30

**EPR VIA MINEIRA S.A.**  
CNPJ/MF: 55.231.969/0001-65

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA  
ELEITO EM 05 DE SETEMBRO DE 2024**

Eu, **LUCIANO LOUZANE**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24542708 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 149.470.098-02, com endereço comercial na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretor Presidente, da **EPR VIA MINEIRA S.A.** ("Companhia"), para o qual fui eleito conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais, que não estou impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob os efeitos de condenações, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão, deverão ser entregues no endereço acima indicado.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**LUCIANO LOUZANE**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

**EPR VIA MINEIRA S.A.**  
CNPJ/MF: 55.231.969/0001-65

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA  
ELEITO EM 05 DE SETEMBRO DE 2024**

Eu, **ERIC CAMARGO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 325727296 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 220.538.488-04, com endereço comercial na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretor sem designação específica, da **EPR VIA MINEIRA S.A.** ("Companhia"), para o qual fui eleito conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais, que não estou impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob os efeitos de condenações, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão, deverão ser entregues no endereço acima indicado.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

  
EPR VIA MINEIRA S.A.  
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS  
CNPJ 55.231.969/0001-65  
RUA JUIZ ACHILLES VELLOSO, Nº 160, BARRIO ESTORIL, CEP 30494-180, BELO HORIZONTE, MG  
05/09/2024  
ERIC CAMARGO DE ALMEIDA  
DIRETOR

---

**ERIC CAMARGO DE ALMEIDA**



**EPR VIA MINEIRA S.A.**  
CNPJ/MF: 55.231.969/0001-65

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA  
ELEITO EM 05 DE SETEMBRO DE 2024**

Eu, **ENIO STEIN JÚNIOR**, brasileiro, casado em separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.376.519-6, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 028.142.927-81, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Juiz Achilles Velloso, nº 160, bairro Estoril, CEP 30494-180, tomo posse, neste ato, no cargo de Diretor de Relações com Investidores, da **EPR VIA MINEIRA S.A.** ("Companhia"), para o qual fui eleito conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data.

Declaro, para todos os efeitos legais, que não estou impedido por lei especial de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob os efeitos de condenações, a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade.

Por fim, confirmo que as citações e intimações relativas a processos administrativos ou judiciais relativos a atos de minha gestão, deverão ser entregues no endereço acima indicado.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

DocuSign Envelope ID: 7A0E00275E-544C-4080-9000-000000000000  
ENIO STEIN JUNIOR  
CPF: 028.142.927-81  
Data: 2024.09.05 13:28:15 (UTC-03:00)

**ENIO STEIN JÚNIOR**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: EF9DA21518E44C03822522B51161DF7F	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: EPR Via Mineira - AGE reforma do estatuto social (TCMB 29.08.2024).docx...	
Source Envelope:	
Document Pages: 20	Signatures: 13
Certificate Pages: 4	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Disabled	Gabriela Jansen
Time Zone: (UTC-06:00) Central Time (US & Canada)	201 Bishopsgate
	London, . EC2M3AF
	GJansen@mayerbrown.com
	IP Address: 179.190.23.250

**Record Tracking**

Status: Original	Holder: Gabriela Jansen	Location: DocuSign
8/29/2024 4:14:42 PM	GJansen@mayerbrown.com	

**Signer Events**

Enio Stein Júnior  
 enio.stein@grupoepr.com.br  
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

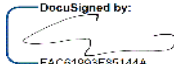
**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
 Signature Issuer: AC Certisign RFB G5  
 Signer CPF: 02814292781

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 9/5/2024 10:19:42 AM  
 ID: 91bc34a7-9030-4b08-a68e-4b59be60b3e3

**Signature**

DocuSigned by:  
  
 FAC61993F85144A...

Signature Adoption: Drawn on Device  
 Using IP Address: 177.73.182.30

**Timestamp**

Sent: 9/5/2024 9:19:26 AM  
 Viewed: 9/5/2024 10:19:42 AM  
 Signed: 9/5/2024 10:21:58 AM

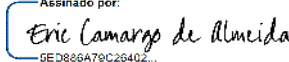
Eric Camargo de Almeida  
 eric.almeida@eprviamineira.com.br  
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
 Signature Issuer: AC DIGITALSIGN RFB G3  
 Signer CPF: 22053848804

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 9/5/2024 9:19:56 AM  
 ID: 42675a67-5414-4c06-84a9-be30e429b756

Assinado por:  
  
 GE0886A79C2640Z...

Signature Adoption: Pre-selected Style  
 Using IP Address: 152.255.109.14

Sent: 9/5/2024 9:19:26 AM  
 Viewed: 9/5/2024 9:19:56 AM  
 Signed: 9/5/2024 12:51:45 PM

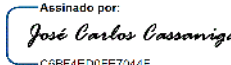
José Carlos Cassaniga  
 jose.cassaniga@grupoepr.com.br  
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
 Signature Issuer: AC Certisign RFB G5  
 Signer CPF: 07970336884

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 9/5/2024 3:24:26 PM  
 ID: 6b2047b2-ac9b-41c3-946b-88707b54d1b8

Assinado por:  
  
 C6BF4ED0FE7044F...

Signature Adoption: Pre-selected Style  
 Using IP Address: 152.249.104.169

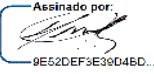
Sent: 9/5/2024 9:19:24 AM  
 Viewed: 9/5/2024 3:24:27 PM  
 Signed: 9/5/2024 3:26:43 PM



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
 MARINELY DE PAULA BOMFIM  
 SECRETÁRIA GERAL

Signer Events	Signature	Timestamp
<p>Luciano Louzane  luciano.louzane@eprviamineira.com.br  Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate</p> <p><b>Signature Provider Details:</b>  Signature Type: ICP Smart Card  Signature Issuer: AC VALID RFB v5  Signer CPF: 14947009802</p> <p><b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b>  Accepted: 9/6/2024 2:05:24 PM  ID: d25476b9-f97f-4cd7-9f50-c2b2915d1b49</p>	 <p>Signature Adoption: Drawn on Device  Using IP Address: 177.85.81.135</p>	<p>Sent: 9/5/2024 9:19:27 AM  Resent: 9/6/2024 1:50:50 PM  Resent: 9/6/2024 1:51:28 PM  Resent: 9/9/2024 12:06:28 PM  Resent: 9/9/2024 12:15:38 PM  Viewed: 9/9/2024 12:45:20 PM  Signed: 9/9/2024 1:04:06 PM</p>

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

<p>Julia Grieco Paes Leme  julia.paesleme@grupoepr.com.br  Security Level: Email, Account Authentication (None)</p> <p><b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b>  Not Offered via DocuSign</p>	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; text-align: center; color: blue; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">COPIED</div>	<p>Sent: 9/5/2024 9:19:28 AM</p>
---	---	----------------------------------

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	9/5/2024 9:19:28 AM
Certified Delivered	Security Checked	9/9/2024 12:45:20 PM
Signing Complete	Security Checked	9/9/2024 1:04:06 PM
Completed	Security Checked	9/9/2024 1:04:10 PM

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

Electronic Record and Signature Disclosure
--



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024.  
Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

## **SCHEDULE 1 ERSD**

Described below are the terms and conditions relating to your use of DocuSign to execute documents transmitted to you through DocuSign. Please read the information below thoroughly and carefully. By selecting the check-box next to "I agree to use electronic records and signatures" then clicking "CONTINUE", you confirm your agreement with these terms and conditions. Such agreement is given on behalf of any party you represent as well as on your own behalf.

### **Third Party Platform**

DocuSign is a third party software platform that facilitates electronic signature of documents for virtual execution and closings. Mayer Brown makes no representations or warranties regarding the service provided by DocuSign; nor will Mayer Brown be liable to you or anyone on whose behalf you are acting for any loss or damage you may suffer resulting from any act or omission of DocuSign. DocuSign's [terms and conditions](#) are available for your review. DocuSign is not affiliated with Mayer Brown and Mayer Brown does not control the security of documents transmitted through DocuSign's cloud-based platform.

### **Personal Data**

As a result of using DocuSign, your personal details will be visible to all parties involved in this transaction and they will be held within DocuSign's systems and within the systems of the law firms advising on the transaction. Mayer Brown processes personal data in accordance with its [Privacy Policy](#). DocuSign's privacy policy is available from its website. The lawful bases relied upon by Mayer Brown for processing personal data are legitimate interests and, to the extent the data protection laws of Asia apply, consent. The purpose of the data processing is to conclude agreements and/or obtain acknowledgements from participating parties.

### **Obtaining Copies of Electronically Signed Documents**

You should be able to access documents signed through DocuSign for five (5) days after the signing date. DocuSign will permanently delete the documents after a further 14 days. DocuSign will also permanently delete the documents 14 days after an electronic signing is aborted or withdrawn.

### **No Lawyer-Client Relationships**

Mayer Brown acts only for its client(s) in the underlying transaction and no lawyer-client relationship will arise solely through the coordination of this electronic signing process. Mayer Brown does not owe a duty of care to any party which is not a client of Mayer Brown. In particular, Mayer Brown does not advise any non-client party on any aspect of the documents or the related transaction or on the use of DocuSign. The digital completion certificate proving signing may automatically include the geolocation, or place of signing, of each signatory. Mayer Brown does not advise any non-client party of the consequences of a geolocated signature, and



Mayer Brown only advises a client of such consequences (including, but not limited to, tax consequences) to the extent it has expressly agreed to do so.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/572.559-8	MGN2466047546	16/09/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 27/30

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN, com inscrição ativa no(a) OAB/(RJ) sob o nº 230840, expedida em 13/02/2020, inscrito no CPF nº 172.997.047-81, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Ata de Assembleia Geral Extraordinária - 24 página(s)

Rio De Janeiro/RJ , 16 de setembro de 2024.

Nome do declarante que assina digitalmente: GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EPR VIA MINEIRA S.A., de NIRE 3130016525-6 e protocolado sob o número 24/572.559-8 em 17/09/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11993281, em 24/09/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

### Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
172.997.047-81	GABRIELA ROMAGNOLI JANSEN

Belo Horizonte, terça-feira, 24 de setembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 24/09/2024, às 12:06 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/572.559-8.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. terça-feira, 24 de setembro de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11993281 em 24/09/2024 da Empresa EPR VIA MINEIRA S.A., Nire 31300165256 e protocolo 245725598 - 17/09/2024. Efeitos do registro: 05/09/2024. Autenticação: C0C9C648D6818CD11B905B744B2A7BADCCC830. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/572.559-8 e o código de segurança Kijj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL